

OS TRÊS TEMPOS DE UMA PAISAGEM. RUA RIACHUELO, RIO GRANDE, RS

ELIZA FURLONG ANTOCHEVIS¹;
MARIA LETÍCIA MAZZUCCHI FERREIRA²

¹Universidade Federal de Pelotas – eliza.antochevis@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – leticiamazzucchi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa desenvolvida no curso de doutorado do programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com início no primeiro semestre de 2020. A discussão traz como tema a relação entre a memória, o esquecimento e o patrimônio edificado no contexto urbano. A Rua Riachuelo e os trechos de rua adjacentes a ela, localizados na cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, são o objeto de pesquisa.

A rua conta com oito quarteirões, seis deles voltados para o Porto Velho da cidade. Sua origem ocorreu no ano de 1823, quando foi finalizada a construção do cais de seu porto (TORRES, 2009). Considera-se que a rua passou por três diferentes tempos ao longo de seus quase duzentos anos: apogeu (desenvolvimento, vida), declínio (transformação, esquecimento) e patrimonialização (identidade, instrumentos de proteção). A problematização gira em torno destes tempos, sendo o objetivo geral analisar os fatores que contribuíram para que a Rua Riachuelo, e os trechos próximos, passassem pelos três momentos, desde sua criação até os dias atuais.

A fundamentação teórica do trabalho considera obras sobre a cidade do Rio Grande e o seu antigo porto, como *Memórias do Cais: o Porto Velho do Rio Grande*, de Luiz Henrique Torres e *Porto e Barra do Rio Grande: história, memória e cultura portuária*, de Francisco das Neves Alves. Os livros auxiliam trazendo dados sobre o objeto, principalmente no período que esta pesquisa considera como apogeu.

Acerca dos conceitos, a pesquisa se divide em três eixos: cidade; memória e identidade social; patrimonialização e políticas culturais. Sobre a cidade, são analisados conceitos como espaço público, com Leonardo Benévolo; espaço, paisagem e lugar, conforme Milton Santos; e cidades históricas, segundo o IPHAN. Acerca de memória e identidade social, são estudados os conceitos de memória coletiva e esquecimento, segundo Maurice Halbwachs; identidade social, por Denise Jodelet; e lugar de memória, com Pierre Nora. Sobre a patrimonialização, são analisados o conceito de patrimônio cultural material, segundo o IPHAN; e instrumentos de preservação ao patrimônio cultural, segundo Inês Prado Soares.

De uma maneira geral, a rua e os trechos adjacentes são analisados enquanto uma paisagem. Essa paisagem é um conjunto de formas que manifestam as heranças das sucessivas relações centradas entre homem e natureza (SANTOS, 2006). Compreende-se importante destacar que a rua se conecta com o espaço da recordação individual. Mais do que isso, também se atrela àquela lembrança que é evocada pelos grupos que compartilham o seu espaço de diferentes formas. Logo, a rua é um suporte da memória e da identidade.

2. METODOLOGIA

A Rua Riachuelo e os trechos próximos são analisados em seu aspecto tangível, considerando a arquitetura dos sobrados, das casas térreas e dos cinco armazéns do Porto Velho (fachadas externas frontais). Também são considerados aspectos do espaço público como calçamento e elementos de infraestrutura ao longo do tempo (postes de iluminação, trilhos do bonde elétrico, etc.). A análise do tempo passado mostra como a paisagem foi construída e a relação entre os dois lados da rua. O exame do tempo presente evidencia os efeitos dos instrumentos de preservação patrimoniais aplicados e o panorama atual desta preservação.

Com o intuito de investigar esta paisagem em um sentido intangível, enquanto suporte da memória, são considerados relatos orais de antigos e atuais moradores, trabalhadores das agências marítimas e fregueses dos locais de entretenimento. Os relatos mostram como a rua era percebida pelos usuários, como os diferentes usos eram observados e de que modo a relação entre os dois lados da rua (as edificações privadas e o antigo porto) foi sendo reduzida. Também é averiguado o modo como os jornais retratavam a rua ao longo do tempo.

Com relação às técnicas de pesquisa, são realizadas pesquisa documental (jornais, relatórios, legislações, fotografias) e pesquisa bibliográfica (objeto de pesquisa e conceitos). Do mesmo modo, são realizadas entrevistas e questionários, levantamento físico *in loco* e modelagem computacional da rua em seus três tempos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 1823, foram finalizadas a construção do cais de madeira e a dragagem do canal do porto do Rio Grande, permitindo que este passasse a receber maiores embarcações (TORRES, 2009). Houve a ampliação da área urbana, através dos aterros, permitindo o desenvolvimento do espaço público da Rua Riachuelo, dos seus primeiros quarteirões e dos trechos de ruas próximos. Na segunda metade do século XIX, fotografias registraram nestes quarteirões casas térreas e sobrados. As características eram as da arquitetura luso-brasileira (ausência de recuos), com alguns exemplares mostrando elementos do ecletismo.

Em meio ao crescimento, relacionado às atividades econômicas, registros em jornais locais e relatórios da câmara municipal mostraram a necessidade de melhorias. O cais e os trapiches de madeira não apresentavam boas condições de conservação, apesar da necessidade de sua utilização pelo comércio (**Diário do Rio Grande**, 13 de ago. de 1865). Tal situação foi alterada apenas na década de 1870, após as primeiras fases da construção do cais de pedra (TORRES, 2009).

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo apogeu das casas comerciais, em frente ao porto, que trabalhavam com gêneros alimentícios, ferragens, carvão, entre outros (DOMECCQ, 1916). Como era usual no período, as atividades comerciais se desenvolviam no térreo dos sobrados e os pavimentos restantes eram ocupados como residência dos proprietários. A rua contava com grande movimentação de usuários, carroças e sacos de produtos que eram transportados entre o porto e o outro lado da rua.

Em meio ao desenvolvimento do local, houve a necessidade da criação de um novo porto, que foi inaugurado em 1915. Iniciou-se assim o período de declínio, caracterizado inicialmente por transformações. O Porto Velho manteve-se relevante como ancoradouro de embarcações de menor porte, para descarga de pescado e tráfego de passageiros (TORRES, 2009). Na década seguinte, foram construídos os armazéns e previstos os gradis para o fechamento da área portuária (ALVES, 2008).

Nos anos 1930/40, foi vagarosamente reduzida a quantidade de antigas empresas, como as casas comerciais, surgindo novos usos para as edificações, como pensões e prostíbulos. Mudanças nos meios de transportes, principalmente pela melhoria das rodovias para a circulação de automóveis, caminhões e ônibus, aceleraram este processo (PIMENTEL, 1944).

Deste momento até o início dos anos 1950, a maioria dos quarteirões apresentava algumas novas edificações e outras antigas bem preservadas, além de um distanciamento entre as atividades do porto e aquelas realizadas nos prédios em frente a ele. Fotografias mostrando as primeiras descaracterizações datam de meados da década de 1940, porém apenas em trechos próximos à Rua Benjamin Constant. Infere-se que o período de declínio da Rua Riachuelo tenha apresentado descaracterizações mais profundas a partir de fins da década de 1950.

Em 1961, ocorreu a primeira edição da Festa do Mar, que teve atividades culturais realizadas nos armazéns do Porto Velho. Neste momento, a cidade buscava utilizar o turismo para movimentar a economia (WITTER, 2011). Infere-se que assim foi iniciado o período de patrimonialização, criando incentivos à identidade local. Em 1967, ocorreu o tombamento federal do prédio da antiga Alfândega (IPHAN).

Também são dessa década as primeiras memórias obtidas através de entrevistas realizadas com antigos residentes da rua. Os mesmos recordam-se de usufruírem do espaço da rua e das calçadas próximas aos armazéns do porto para brincadeiras, enquanto crianças. Da mesma forma, lembram dos antigos sobrados, alguns com usos de residência e depósito de agências portuárias, outros com pensões e prostíbulos. Os diferentes usos conviviam pacificamente.

Posteriormente, dois instrumentos foram criados para a proteção do patrimônio cultural da cidade: a Lei Municipal Nº 4556/90, que definiu as edificações de interesse sociocultural, e o Inventário de Bens Culturais do Município do Rio Grande, que registrou imóveis em fichas individuais. Na Rua Riachuelo, foram listados o Porto Velho, o prédio da antiga Alfândega e o Mercado Público Municipal (RIO GRANDE, 1990). Em 2004, o inventário listou os prédios citados anteriormente, além da Câmara do Comércio, de um edifício de apartamentos e de nove sobrados em frente ao antigo porto (ZIEBELL, 2004). Junto ao inventário não foi aprovada uma legislação municipal específica.

Em 2015, foi atualizado o projeto de Revitalização para o Porto Histórico, realizado em 1998. O projeto contempla a restauração dos cinco armazéns e do cais de pedra, dotando a área de equipamentos para a apreciação do estuário. Dois armazéns continuarão com os usos de Museu do Porto do Rio Grande e Museu Náutico da FURG, enquanto os restantes receberão praça de alimentação, lojas e auditório, e espaço para eventos. A Rua Riachuelo receberá tratamento de pavimentação, com ciclovia, canteiro arborizado e acessibilidade (PORTOS RS).

Atualmente, a paisagem da Rua Riachuelo e dos trechos próximos apresenta, de um lado, o Porto Histórico, um bem público inventariado e preservado. Do outro lado, estão os edifícios da antiga Alfândega, do Mercado e da Câmara, também preservados. O restante dos prédios, alguns inventariados, apresentam descaracterizações profundas, tendo alguns lotes sofrido demolições. Mesmo com algumas descaracterizações, a esquina da Rua Riachuelo com a Travessa do Afonso é o trecho que encontra-se em melhor estado de preservação.

4. CONCLUSÕES

O tempo inicial vivido pela Rua Riachuelo e os trechos adjacentes marcou o lugar de forma tangível e intangível. Os lotes receberam construções conforme o período, com ausência de recuos. Essas características continuaram a definir a rua, nos prédios daquele período e naqueles construídos posteriormente. A identidade portuária foi definida pela ligação que existia entre ambos os lados da rua.

O segundo tempo mostrou que o esquecimento e o declínio surgiram de forma vagarosa. As transformações ocorridas com os novos usos foram uma decorrência da perda da relevância do transporte lacustre, marítimo e fluvial em meio ao crescimento do transporte rodoviário. Memórias dessa época já registravam a variedade de usos, nem todos ligados a comércios/serviços portuários.

Das primeiras ações patrimoniais aos dias atuais, infere-se que os instrumentos de proteção surgiram depois de descaracterizações profundas terem ocorrido no patrimônio material. Com relação às memórias, ainda existe um distanciamento entre os dois lados da rua.

Em meio a este panorama, ressurgiu o projeto de revitalização para o antigo porto, que aguarda recursos para implantação. Sendo a revitalização um processo que busca a funcionalidade de áreas urbanas que ainda apresentam valores específicos para a população (SOTRATTI, 2015), existe a possibilidade de incentivo à preservação das antigas edificações em frente ao embarcadouro, o que poderá fazer com que a Rua Riachuelo seja usufruída em sua totalidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, F. N. **Porto e Barra do Rio Grande: história, memória e cultura portuária**. Porto Alegre: Corag, 2008.
- DOMECQ, M. R. **O Estado do Rio Grande do Sul**. Barcelona: Monte Domecq e Cia., 1916.
- PIMENTEL, F. **Aspectos gerais do Município do Rio Grande**. Porto Alegre: Oficina Gráfica Imprensa Oficial, 1944.
- RIO GRANDE (CIDADE). Lei Nº 4.556, 30 de outubro de 1990. **Caracteriza edificações de interesse sociocultural e concede benefícios aos proprietários para que sejam preservadas**.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SOTRATTI, M. A. Revitalização. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro/Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.
- TORRES, L. H.. **Memórias do cais: o Porto Velho do Rio Grande**. Rio Grande: Editora da FURG, 2009.
- ZIEBELL, C. Inventário lista 507 bens culturais imóveis de Rio Grande. **Jornal Agora**, 2004.

Documentos eletrônicos

- IPHAN. **Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2019)**. Acessado em 20 jul. 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>.
- PORTOS RS. **Memorial Descritivo do Projeto de Revitalização do Porto Histórico do Rio Grande**. Acessado em 20 jul. 2021. Disponível em: http://www.portosrs.com.br/site/public/documents/revit_porto_historico/MEMORIAL_REVITALIZACAO_DO_PORTO_HISTORICO_DO_RIO_GRANDE.pdf.

Documentos Históricos (Biblioteca Rio-Grandense)

- Diário do Rio Grande**. Jornal. Rio Grande: 13 de ago. 1865.